

MINISTÉRIO PÚBLICO

Órgão instituído após a proclamação da República pelo Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890, poucos meses antes, portanto, da promulgação da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. O decreto, que emanou do Congresso Constituinte, dispôs sobre a organização judiciária da União e, no Capítulo VI, incluiu o Ministério Público como órgão do Estado, sem o caráter de instituição dotada de autonomia, mas com funções específicas.

No quadro do direito monárquico português, muitas das funções que ao longo de tempo foram sendo atribuídas aos membros do Ministério Público ficavam a cargo de funcionários denominados procuradores dos feitos da fazenda, promotores de justiça, procuradores do rei, ouvidores e curadores. Em síntese, pode-se dizer que as funções desses especialistas do direito, que atuavam de maneira esparsa e fora do abrigo de um órgão comum, consistiam em representar os interesses da monarquia e servir como fiscais do interesse coletivo, em processos judiciais ou não.

Após a Independência, a Constituição de 1824 não fez qualquer menção ao órgão. Mas, no Código Penal de 1830 e no Código de Processo Penal de 1832, as funções dos promotores de justiça foram sistematizadas, no campo do procedimento judicial. Segundo aqueles dois diplomas, haveria um promotor de justiça encarregado de oferecer a denúncia e atuando em cada uma das comarcas do Império e junto aos juízes de paz.

O Decreto nº 848, que resultou de trabalhos dirigidos pelo Ministério da Justiça sob o comando de Campos Sales, inseriu-se no contexto de ampla reforma institucional levada a efeito logo após a inauguração do regime republicano. O decreto determinou que o Ministério Público da União tivesse atribuições de titular da ação civil, além de responsável por verificar o cumprimento e a execução das leis. Pelo decreto, haveria um procurador-geral, escolhido entre os ministros do Supremo Tribunal Federal e os procuradores seccionais, de livre nomeação do presidente da República.

Ainda na esteira dessa importante reforma que visava a redesenhar o quadro institucional legado pelo Império, o Decreto nº 1.030, de 14 de novembro de 1890, cuidou da

organização judiciária do Distrito Federal. Esse decreto dedicou integralmente seu Título III ao Ministério Público, definindo suas funções na esfera daquela unidade federativa, além de criar os cargos de procurador-geral, subprocuradores, curadores e promotores adjuntos, para atuar em cada uma das recém-criadas varas judiciais do Distrito Federal. O artigo 164 definia que “o Ministério Público é perante as justiças constituídas o advogado da lei, o fiscal de sua execução, o procurador dos interesses gerais do Distrito Federal e o promotor da ação publica contra todas as violações do direito”.

Na prática, as funções dos membros do Ministério Público da União, dos estados e do Distrito Federal eram quase idênticas, diferenciando-se apenas quanto à competência territorial de cada um deles. Cumpre lembrar que cabia aos promotores que atuavam nos júris promover a ação penal pública, ocasião em que teoricamente representavam a sociedade nos processos penais movidos contra os acusados de cometer crimes contra a vida. Foi justamente nessa função que os membros do Ministério Público ganharam alguma projeção social.

A promulgação da Constituição de 1891 não trouxe qualquer modificação no âmbito das disposições legais que tratavam do Ministério Público. Na nova Carta, a instituição não mereceu sequer um artigo, tendo apenas o capítulo relativo ao Poder Judiciário feito menção à figura do procurador-geral. Nos diplomas legais que surgiram após o início do século XX, o Ministério Público ora apareceu na parte relativa ao Poder Judiciário, ora na parte relativa à organização do Estado, o que foi causa da confusão em definir a que poder o Ministério Público estava ligado, além de deixar a maioria das pessoas sem saber sobre o lugar e a natureza das funções do Ministério Público no panorama institucional do país.

Com a entrada em vigor do Código Civil de 1916, foram definidas as matérias na área cível onde o Ministério Público deveria atuar, e a partir da Emenda Constitucional de 1926 consolidaram-se as garantias legais das magistraturas estaduais, o que ainda estava longe de ocorrer com os membros dos Ministérios Públicos da União, dos estados e do Distrito Federal.

Eduardo Junqueira

FONTES: BRASIL. *Coleção de Leis* (1889-2000, on line); CAMPANHOLE, A. *Constituições*; JUNQUEIRA, E. *Breve*.